

### 3

## Fundamentação Teórica

### 3.1

#### Construção de identidade sócio-cultural e interacional

A perspectiva teórica deste trabalho aborda a identidade como uma construção sócio-cultural discursiva, negociada em interação. Entendemos que a identidade não é um produto final e único, mas pode ser continuamente formada e transformada nas diferentes situações sociais e culturais.

A teoria social de identidade vê a identidade como um fator variável, que explica como as pessoas agem ao produzir o tipo de comportamento definido como social ou anti-social. Ao nascer, as pessoas já se encontram inseridas em determinada categoria social. Com o tempo, elas desenvolvem a conscientização de seu grupo como o “meu grupo” acima dos “outros” grupos e um envolvimento emocional por ele (Widdicombe, 1998).

As pessoas internalizam as normas culturais, através das relações sociais que modelam seus desejos e os tipos de ação que adotam (Widdicombe, 1998). Os indivíduos são socialmente produzidos e o discurso é o meio pelo qual as identidades são construídas (Bucholtz e Hall, 2003; Burkit, 1991<sup>5</sup> *apud* Widdicombe, 1998: 199) a todo momento, de maneiras diferentes, quando em presença uns dos outros.

As posições de identidades são criadas e não dadas (Althusser<sup>6</sup>, 1971 *apud* Widdicombe, 1998: 200). Assim, os posicionamentos assumidos constroem as pessoas para que elas venham ter o tipo de identidade que é necessária para as práticas sociais, de acordo com ideologias que “interpretam” ou “chamam” os indivíduos para uma posição particular. Porém, essas exigências ideológicas não são percebidas e as pessoas vivem com a ilusão que escolhem livremente seu tipo de vida.

As pessoas são treinadas a se reconhecerem como pessoas predispostas a certos tipos de atividades que se ajustem às demandas da sociedade. Nossas

---

<sup>5</sup> BURKIT, I. **Social selves: theories of the social formation of personality**. London: Sage, 1991.

<sup>6</sup> ALTHUSER, L. **Lenin and philosophy and other essays**. London: New left books. 1971.

identidades como indivíduos sociais emergem quando construímos nossas experiências individuais, como uma maneira de nos posicionar em relação a nossas expectativas sociais e culturais. Para Shiffrin (1996), nossa percepção de identidade muda quando nossas expectativas sócio-culturais mudam.

As dimensões de experiência de vida são culturalmente definidas em práticas diferentes. A prática é uma atividade social, uma série de ações que constituem nossas vidas diárias, igualmente às práticas lingüísticas, pois a língua, muita além de ser um sistema de regras, modela a maneira social do indivíduo se situar no mundo. (Bourdieu<sup>7</sup> 1977 *apud* Bucholtz e Hall, 2003: 377).

Em seu estudo, Bucholtz e Hall (2005) defendem que a identidade é construída situacionalmente como um produto de ação social. Dessa forma, as identidades são um processo contínuo, que mudam e recombina para enfrentar novas circunstâncias. A Antropologia Lingüística considera a identidade um fenômeno social e vê a subjetividade individual e agência social como fatores importantes na construção lingüística do *self* (Bucholtz & Hall, 2005).

Bucholtz e Hall (2005) propõem princípios fundamentais para o estudo de identidade: princípio da emergência, posicionalidade, indexicalidade, relacionalidade e parcialidade.

O princípio da emergência em identidade é defendido como um produto sócio-cultural emergente em ação social, construída discursivamente na interação, sustentada ou transformada de acordo com as mais variadas situações.

Posicionalidade, o segundo princípio defendido pelas autoras, mantém uma relação entre o comportamento social e as categorias macro de identidade, tais como: idade, gênero e classe social, que determinam os papéis assumidos na interação. Micro detalhes de identidade emergem a todo momento de acordo com os papéis e posicionamentos assumidos pelos participantes em diferentes contextos.

O terceiro princípio, indexicalidade, é o mecanismo pelo qual as formas lingüísticas são usadas para construir posicionamentos de identidade. As construções de identidade emergem na interação através de vários processos indexicais relacionados: menção clara de categorias de identidade e rótulos;

---

<sup>7</sup> BOURDIEU, P. **The economics of linguistics exchange.** *Social science information* 16(6): 645-688. 1977

implicaturas e pressuposições da própria posição de identidade; exposições de orientações avaliativas e epistêmicas no curso da conversa. As autoras consideram outros índices de construção de identidade, tais como, os alinhamentos interacionais e papéis dos participantes, e uso de estruturas e sistemas lingüísticos que são ideologicamente associados com grupos e pessoas específicas.

O quarto princípio, da relacionalidade, entende que as identidades não são autônomas ou independentes; seu significado social é adquirido em relação a outras posições de identidade e a outros atores sociais. Identidades são intersubjetivamente construídas através de várias relações complementares que se sobrepõem. Estaremos observando com mais atenção a relação de similaridade/diferença, presente neste princípio.

Bucholtz e Hall (2005) preferem estudar similaridade e diferença como adequação e distinção. Adequação enfatiza o fato de que, para grupos ou indivíduos se posicionarem como semelhantes, eles não precisam nem podem ser idênticos, mas devem simplesmente ser entendidos como suficientemente similares para propósitos interacionais.

As autoras entendem que a adequação encontra-se na supressão das diferenças sociais que podem impedir a construção da similaridade. A distinção manifesta-se na supressão das similaridades que ajudam a construir a diferença. A diferenciação social é um processo altamente visível que usa a língua como potente recurso para produzi-la em uma variedade de maneiras.

O quinto princípio desenvolvido por Bucholtz e Hall (2005) é o da parcialidade. Por esse princípio, pode-se entender que todas as representações de cultura são necessariamente “exposições parciais” (Clifford e Marcus<sup>8</sup>, 1986 *apud* Bucholtz e Hall, 2005). Esse princípio tenta capturar não somente a dinâmica, mas a inteira variedade de maneiras nas quais a identidade excede o self individual e torna-se sempre parcial. As autoras consideram que a realidade é intersubjetiva por natureza, por isso ela é construída pelo contexto, através das particularidades do self e dos outros.

O princípio da parcialidade mostra que toda construção de identidade é parte deliberada e parte intencional; parte habitual, o que quer dizer freqüentemente menos que totalmente consciente; parte de um resultado das

---

<sup>8</sup> CLIFFORD, J. and MARCUS, G.E. (eds). **Writing culture. The poetics and politics of ethnography**. Berkeley: University of California press, 1986.

percepções e representações dos outros como negociação interacional; e um efeito de processos ideológicos que devem se tornar relevantes para a interação (Bucholtz e Hall, 2005).

Considero também importante acrescentar a abordagem de David Snow (2001) no que se refere à identidade coletiva, pertinente ao estudo da construção de identidade. Snow (2001) faz distinção entre três tipos de identidade: pessoal, social e coletiva. Embora essas três identidades estejam em constante sobreposição, é necessário situá-las no espaço social separadamente, para que possamos entender as características e significados atribuídos à identidade coletiva. A identidade social é estabelecida através de papéis sociais, tais como, professor, pai, e por categorias sociais como gênero, por exemplo. Sejam quais forem as bases sócio-culturais, o autor considera que a identidade social é fundamental para a interação, pois fornece pontos de orientação como objeto social.

A identidade pessoal, segundo Snow (2001), são auto-atributos e significados, pessoalmente distintivos. A identidade pessoal pode ser construída durante uma interação quando identidades sociais tornam-se contraditórias, porém, não necessariamente comparativas, visto a variedade de papéis e categorias de participantes em uma comunidade.

A identidade coletiva é construída interativamente, levando em consideração o senso de “nós”, pelo qual os atores sociais se reconhecem como uma coletividade. Enquanto emergente, a identidade coletiva é mais evolutiva do que enraizada em categorias sociais. Encontra-se associada a mudanças sócio-culturais, exclusão sócio-econômica e política, que sugere, como coletivo, um pertencimento historicamente localizado em espaço social.

As identidades coletivas fazem parte das variantes da construção de identidade, que são processadas individualmente ou coletivamente. Para entender como a identidade coletiva é criada, expressa, sustentada e modificada, é preciso conhecer os processos pelos quais as pessoas se situam em relação a outras pessoas e como elas significam quem são das mais variáveis maneiras. Os mecanismos de construção de identidade incluem os enquadres pelos quais as identidades emergem, aceitando, rejeitando, se modificando ou se (re)enquadrando no curso de diferentes interações.

Na próxima seção, estaremos abordando os conceitos de história de vida como instrumento de construção de identidade.

## 3.2

### História de vida

Nesta seção, estaremos observando como as histórias de vida podem ser um instrumento valioso de conhecimento e entendimento pessoal e das outras pessoas que nos cercam.

Para que o indivíduo exista no mundo social, ele precisa ter uma história de vida coerente e aceitável que possa ser constantemente recriada (Linde, 1993). As histórias que contamos sobre nossas vidas e as vidas de outras pessoas são uma maneira de construirmos, interpretarmos e compartilharmos experiência (Linde, 1993; Schiffrin, 1996). Toda pessoa possui visões e sentimentos significativos sobre suas vidas que são acessíveis a outras pessoas quando são perguntadas a respeito delas, em virtude de um procedimento social e interacionalmente organizado, que aciona o repositório da memória pessoal (Linde, 1993; Schiffrin, 1996; Garcez, 2001).

A história de vida, contada em diferentes ocasiões, produto de uma cultura particular, está relacionada ao nosso senso subjetivo de ter uma história que organiza nossa vida, nosso entendimento do passado, da nossa situação no momento e de nosso futuro imaginado (Linde, 1993). Contar nossas histórias é uma maneira de rever e avaliar nossas atuações no passado relacionadas a atitudes e emoções no presente (Bastos, 2005), criando envolvimento entre o narrador e o ouvinte. Essas posturas avaliativas e emocionais estão vinculadas aos nossos padrões sócio-culturais e aos nossos valores e crenças veiculados através de nossas histórias (Bastos, 2005), que nos fazem entender quem somos e como chegamos a ser o que somos (Linde, 1996).

Todos nós possuímos uma história de vida que faz a conexão entre todas as histórias que contamos sobre nós ao longo da vida (Linde, 1993). A história de vida é uma unidade aberta e descontínua em que o começo não prediz qual seja o meio ou o fim. Um evento mencionado na narrativa pode ser contado de maneira que o fim pode ser o presente se os acontecimentos concretos ainda não terminaram. Linde (1993) acrescenta que as histórias de vida são contadas em

partes, em momentos diferentes, para ouvintes diferentes, de acordo com os significados que queremos construir a partir das expectativas do narrador e do ouvinte.

Mesmo sendo uma unidade descontínua, expectativas cronológicas estão presentes na história de vida, que pressupõe uma seqüência coerente responsável pelo sentido que se dá ao que é contado. Nas histórias de vida, a coerência é mais do que uma propriedade textual, ela também pode ser entendida como uma negociação cooperativa entre o falante e o ouvinte (Linde, 1993).

Ao contar suas histórias, o falante trabalha suas palavras para construir uma contextualização coerente inserida em expectativas de entendimento. Pelo seu lado, o ouvinte interpreta o contexto para alcançar o entendimento coerente final (Linde, 1993). O papel dos *outros* para os quais as palavras são dirigidas é muito importante para a interpretação de uma mensagem. Quando, pela primeira vez, tornamos os pensamentos reais para os *outros*, os tornamos também reais para nós e fazemos dos ouvintes passivos participantes ativos da comunicação verbal (Bakhtin, 2000). O que se fala para alguém só terá significado quando houver uma compreensão responsiva do ouvinte, expressa de maneira que expectativas de entendimento sejam compartilhadas (Linde, 1993; Gumperz [1982] 2002).

Os eventos da vida de uma pessoa são motivados por uma causalidade adequada às expectativas culturais compartilhadas por um grupo (Linde, 1993). A causalidade é inferida por uma seqüência coerente: o que vem antes é a causa do que vem depois. Uma causalidade adequada exige que o narrador estabeleça que o protagonista exerça agência correta e suficientemente aceitável de acordo com padrões sócio-culturais (Linde, 1993). Por esse motivo, ao contarmos nossas histórias, precisamos fazer com que elas sejam coerentes para serem aceitas e entendidas.

Existe outro tipo de causalidade que Linde chama de inadequada: relações entre eventos que parecem acidentais. A insuficiência de causalidade pode estar na agência limitada do protagonista relacionada à sua falta de interesse ou determinação. A causalidade inadequada é uma forma de descontinuidade entre causa e efeito, que pode se tornar coerente através de estratégias que validem seu efeito, como uma avaliação. Ao avaliarmos uma descontinuidade narrativa, podemos justificar um resultado aparentemente incoerente. A coerência é criada

pelo falante e o ouvinte no momento da narrativa como parte da obrigação social que os participantes compartilham como membros competentes de sua cultura.

Linde identifica três unidades discursivas nas histórias de vida: *narrativa*, *crônica* e *explicação*. *Narrativa* é um método de recapitular experiência passada unindo uma seqüência verbal a uma seqüência de eventos, que se supõe terem acontecido (Labov, 1972 *apud* Linde 1993: 68). Linde acrescenta que o mais importante em uma narrativa é que não somente o falante conte esses eventos como se eles tivessem acontecido, mas que estratégias de coerência sejam usadas para despertar interesse em ouvi-la. A narrativa é socialmente construída pelo desejo individual de que nossa vida seja entendida como coerente (Linde, 1993). O senso comum, crenças compartilhadas entre um grupo de uma mesma cultura, é uma das estratégias de coerência na negociação das expectativas entre o falante e o ouvinte, que se apresenta numa organização representativa de um padrão social, entendido como natural e estável (Linde, 1993).

A narrativa é uma das principais unidades discursivas pela qual construímos nossos significados de vida, que precisam ser reavaliados constantemente. Por isso, a reportabilidade (Labov, 1972) é uma característica fundamental da narrativa, pois é ela que garante o interesse de ser ouvida ou seja, como os conceitos morais, que fazem parte do modo como os eventos são contados, são negociados com o ouvinte e como o narrador se posiciona em relação a eles, para que não sejam banais ou previsíveis.

Segundo Labov (1972), para uma história despertar interesse de ser ouvida é necessário que se faça um *sumário* ou resumo a respeito do que se vai contar. Esse seria o primeiro passo para garantir a atenção e o interesse do ouvinte. Linde entende que, como o sumário ocorre nas fronteiras da narrativa, ele assume um importante papel interativo. O narrador usa o sumário para retomar seu turno no curso da narrativa, como base de negociação para que ela possa ser contada.

Segue-se ao sumário, a *orientação*, que identifica o evento que será narrado, indicando o lugar, tempo, pessoas, circunstâncias. A *orientação*, que, assim como o *sumário*, não é obrigatória, podendo ocorrer também em outros momentos da narrativa (Bastos, 2005). Seguindo a estrutura de Labov, a *ação complicadora* é o elemento obrigatório na narrativa. Ela corresponde à seqüência de eventos em orações ordenadas temporalmente e sintaticamente. A ação complicadora responde a pergunta: E aí, o que aconteceu?

A *resolução* é a etapa de finalização da série de eventos da ação complicadora. A ela corresponde a pergunta: e finalmente, o que aconteceu?

Outro elemento da estrutura narrativa proposta por Labov, a *coda* possui a função interativa de sinalizar que a narrativa terminou, geralmente com um comentário. Por exemplo: e foi isso que aconteceu.

Na visão laboviana, o narrador integra o momento de sua narrativa a um contexto social mais amplo do que o próprio momento do fato ocorrido. Segundo Labov (1972), as habilidades verbais são usadas para avaliar experiência. A avaliação é o elemento dramático identificado por Labov, que pode ser realizado a qualquer momento, pois ela é a informação sobre a posição do narrador em relação ao que ele está contando. A avaliação carrega toda a carga emocional da narrativa e é usada para indicar o ponto que o narrador quer alcançar ao contar sua história.

Thompson e Hunston (2003), no entanto, argumentam que o modelo de avaliação criado por Labov não explora a relação entre o narrador e o ouvinte, não considera o momento, os fatores culturais e o contexto em que se apresenta a narrativa. Os autores estudam a avaliação em narrativas, considerando os fatores lingüísticos que ocorrem em conversas espontâneas ou elicitadas em entrevista de pesquisa. Segundo Thompson e Hunston, a avaliação não está somente na narrativa, mas na negociação entre narrador e ouvinte. É importante entender quem avalia a narrativa e como as respostas da narrativa afetam o narrador.

Enquanto Labov (1972) considera que através das avaliações o narrador revela o ponto da história, como o narrador se apresenta no mundo e porque vale a pena contá-la. Thompson e Hunston (2003) entendem que é a co-construção da avaliação que formula os significados das narrativas. A estrutura narrativa de Labov entende a avaliação como a expressão da atitude ou postura do falante em relação a pontos de vista, sentimentos ou proposições sobre as quais ele está falando. Thompson e Hunston explicam que avaliar as avaliações das narrativas é algo complexo, pois o ponto de vista da narrativa depende do ponto de vista do pesquisador, que, por sua vez, encontra-se moldado por contextos sócio-culturais. Por essa razão, o ponto da história não é determinado pelo narrador, mas pela negociação das avaliações do narrador com o ouvinte, construídos no momento da narração. Essas avaliações refletem sistemas de valores do falante ou de sua

comunidade e do ouvinte, e têm a função de construir e manter a interação, enquanto organizam a conversa.

Segundo Thompson e Hunston (2003), a avaliação é um importante aspecto interacional na narrativa, já que faz o ouvinte entender o significado da seqüência dos eventos e provoca o tipo de resposta que o narrador espera (Linde, 1993). Alcançar a co-sustentação da avaliação é a parte mais importante no processo interacional da narrativa, pois ela reflete os sistemas de valores do indivíduo e da comunidade (Thompson e Hunston, 2003; Linde, 1993). A narrativa envolve a negociação de valores e a maneira pela qual as ações devem ser entendidas. A avaliação é responsável pelo tipo de *self* que é construído na narrativa.

Labov (1972) caracteriza dois tipos de avaliação. Ele diz que, quando o narrador interrompe o fluxo da narrativa e caracteriza diretamente para o ouvinte como foi sua experiência emocionalmente, ele faz uma avaliação externa. No entanto, o narrador também pode transmitir sua avaliação para o ouvinte utilizando recursos discursivos inseridos na própria narrativa. A avaliação encaixada pode fazer uso de adjetivação, figuras de linguagem, intensificadores lexicais, repetições, fonologia expressiva (alongar vogais, por exemplo), diminuir ou aumentar o ritmo da fala, assim como o volume da voz.

Na conceituação de Linde, uma outra maneira de contar história de vida é através de *crônicas*, que estão relacionadas às narrativas, mas possuem características um pouco diferentes. Ao contrário da narrativa, a crônica é a recontagem de uma seqüência de eventos que não possui um único e unificador ponto avaliativo. Numa conversa, a crônica é usada como fator interativo quando o falante precisa completar uma informação para o ouvinte (Linde, 1993).

Outra característica da crônica é a pressuposição de que a ordem da narração seja a ordem dos eventos. A crônica não é uma unidade aberta e descontínua no tempo e não possui os elementos que constituem as narrativas – sumário, resolução e coda. Os eventos são avaliados separadamente e não em uma seqüência como um todo para construir o ponto da narrativa.

Outra unidade lingüística estudada por Linde em histórias de vida é a *explicação*. A autora diz que o narrador pode usar uma explicação para justificar uma ação e também para dar razões a determinado evento. Uma explicação pode começar com uma proposição a ser provada seguida de uma seqüência de razões

para que se acredite no que foi proposto. Para introduzir as razões pelas quais se quer fazer acreditar no que foi dito anteriormente são usados marcadores discursivos tais como *porque*, *então*. Linde (1993) observou em suas pesquisas que, muitas vezes, exemplos específicos também sinalizam a justificativa para alguma ação. A autora chama a atenção para o fato de que a explicação é uma unidade discursiva e não possui a função social de explicar.

Em algumas narrativas, o falante usa a explicação para estabelecer um ponto que ele mesmo duvida. A explicação serve para demonstrar que o que se disse e parece duvidoso, problemático ou absurdo reveste-se de uma justificativa relevante, para que o ouvinte possa acreditar no que foi dito.

Goffman ([1981] 2002 *apud* Bastos, 2005: 81) faz a distinção entre o narrador e a figura que está atuando na história. As narrativas são uma maneira de falar de nossas experiências sobre um “eu” criado na memória de um “eu” que conta. Assim, o autor explica que existem dois universos diferentes: o universo sobre o qual se está falando e o universo no qual a fala ocorre, estabelecendo uma certa distância entre falante e figura. Esse distanciamento permite que o falante projete diferentes posições ou alinhamentos em relação à figura sobre a qual se está falando, que pode ser a do próprio narrador.

Estaremos observando, na próxima seção, as estratégias de interação que se processam no momento de um encontro face-a-face em que falante e ouvinte negociam suas expectativas conversacionais.

### 3.3

#### **Sociolingüística interacional**

Adotarei como fonte para minha pesquisa, os conceitos de enquadre e alinhamento desenvolvidos por Goffman ([1979] 2002) em seus trabalhos em Sociolingüística Interacional; pistas de contextualização pesquisadas por Gumperz ([1982] 2002) e os esquemas de conhecimento e enquadres interativos desenvolvidos por Deborah Tannen e Cynthia Wallat ([1987] 2002) como estratégias discursivas.

Segundo Goffman ([1979] 2002), tudo constrói significado no momento da interação, tanto os determinantes verbais como os não-verbais. A interação obedece a uma seqüência de comportamentos que são socialmente organizados.

Goffman ([1979] 2002) diz que nenhum detalhe é irrelevante ou acidental, tudo pode estar criando sentido para que haja a interação. Os falantes precisam ter a percepção de qual atividade está sendo encenada e de qual sentido eles dão ao que dizem. A noção de enquadre é a definição da situação nos encontros face a face (Goffman, [1979] 2002; Tannen e Wallat, [1987] 2002), sem a qual a interação não pode acontecer.

Quando dois indivíduos se encontram estão conjuntamente envolvidos em uma atividade na qual um dos dois estará, a qualquer momento, expondo seus pensamentos e sentimentos sobre um assunto (Goffman, [1979] 2002), havendo o intercâmbio dos papéis de falante e ouvinte. Goffman afirma que pistas lingüísticas e recursos paralingüísticos e não verbais, como gesticulação, mudança de olhar, evidências de atenção, são importantes no gerenciamento da tomada de turno de cada participante.

Essas pistas sinalizam a maneira como cada falante se alinha no discurso em relação à situação, às pessoas em interação e ao sentido que dão ao que dizem no momento. Elas fazem parte da noção de estrutura de participação e produção que Goffman ([1979] 2002) desenvolveu como *footing*. Na produção do *footing*, que é introduzido, negociado, ratificado, co-sustentado e modificado na interação, as estruturas de participação estão sujeitas a transformações relacionadas às relações interpessoais,

Como participantes de uma interação, Goffman ([1979] 2002) desenvolve as noções de animador, autor e responsável no “formato de produção” de uma elocução. Ele diz que o falante é o indivíduo que anima enquanto está produzindo seu próprio texto e delimitando sua própria posição. Entretanto, nem sempre podemos afirmar que falamos nossas próprias palavras e podemos assumir a posição atestada por elas, principalmente se estivermos sob a exigência de uma resposta imediata pertinente a uma situação presente.

É o caso em que, muitas vezes, como animadores, usamos as vozes (Tannen, [1989], 1994) de outras pessoas produzindo um discurso situacional que nos exime da responsabilidade de sermos os autores daquilo que foi falado. Quando falamos o que outras pessoas disseram através do discurso reportado estamos produzindo um outro *footing* no enquadre da situação. Colocamos as vozes de outras pessoas em nossa própria voz para que o que foi dito seja agência de quem disse, enquanto nossa agência restringe-se unicamente a reportar

pensamentos e sentimentos pela agência de quem disse. Dessa maneira, assumimos um outro alinhamento em relação ao sentido que damos ao que estamos falando.

Nesse caso, somos autores no momento em que produzimos nossa fala, mesmo que não assumindo nossas próprias elocuições, e nos tornamos responsáveis pelo que as palavras expressam ao verbalizar nossas crenças.

Para Goffman ([1979] 2002), uma mudança de voz também é uma maneira de mudarmos nosso alinhamento em relação ao que acabou de ser dito. Assim, o autor explica que qualquer mudança de estrutura de participação e formato de produção numa conversa traz uma mudança de *footing*.

As noções de enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação foram trabalhados por Tannen e Wallat ([1987] 2002). As autoras descrevem como os falantes operam suas mensagens através de uma informação pressuposta, os *esquemas de conhecimento*, e através das relações que os participantes co-constroem no momento da interação. Pistas contextuais e marcadores lingüísticos ajudam na interpretação da mensagem através dos *esquemas de conhecimento* que os participantes compartilham ou co-constroem como um princípio organizador na interpretação do que está acontecendo.

O termo “*esquema de conhecimento*” é usado pelas autoras para se referirem às expectativas dos participantes em interação em relação às pessoas, objetos, eventos e cenários do mundo, que fazem a distinção entre os alinhamentos que são negociados. Enquadres conflitantes podem se manifestar à medida que diferentes expectativas tentam se relacionar. Um ouvinte e um falante devem saber dentro de qual enquadre uma elocução foi criada para que possa compreendê-la e haja a interação.

Gumperz ([1982] 2002) estuda como a variedade de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens em uma seqüência conversacional são sinalizados pelo falante para que o ouvinte interprete a atividade que está ocorrendo. A interpretação da situação e do que está se passando no momento depende das inferências que estão ligadas ao conhecimento prévio dos participantes da interação, do conteúdo semântico de cada elocução e como elas se relacionam ao que as precedem ou as sucedem.

Para Gumperz ([1982] 2002), as *pistas de contextualização* são os traços lingüísticos usados na sinalização de pressuposições contextuais pelas quais uma

mensagem deve ser interpretada sob variadas manifestações lingüísticas, tais como: mudança de código; dialeto e estilo; fenômenos prosódicos; opções lexicais e sintáticas; expressões pré-formuladas e estratégias de seqüenciamento. Com base nas *pistas lingüísticas*, os significados são co-construídos pelos participantes na interação. Os processos inferenciais possuem aspectos ligados a situações específicas em que parte da linguagem natural é pré-formulada, automática e ensaiada. O autor diz que as expressões pré-formuladas refletem estratégias conversacionais que favorecem condições para estabelecer contato pessoal e negociar interpretações que seriam compartilhadas. É o caso do “Bom dia” ou “Tudo bem?” quando encontramos alguém e queremos apenas estabelecer um contato pessoal. Muitas vezes, usamos esses tipos de expressões para pedir uma informação ou como iniciadores de uma conversa. Segundo Gumperz ([1982] 2002), a comunicação humana é revestida de sinais verbais e não-verbais adquiridos ao longo da vida, automaticamente produzidos e coordenados. A iniciativa do falante e a resposta do ouvinte, em uma interação, são organizadas em seqüências conversacionais, que possuem um certo grau de previsibilidade e rotina.

Passaremos, no próximo capítulo, à metodologia adotada para esta pesquisa e à contextualização dos dados.